

## A SOROPOSITIVIDADE E O PERIGO HOMOSSEXUAL: A ECONOMIA BIOPOLÍTICA DO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO

SEROPOSITIVITY AND THE HOMOSEXUAL DANGER: THE BIOPOLITICAL ECONOMY OF JAIR BOLSONARO'S DISCOURSE

Atilio Butturi Júnior<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo pretende analisar o funcionamento do discurso de Jair Bolsonaro sobre as homossexualidades e sua relação com o perigo e o risco, notadamente marcados pela presença da aids e do hiv. Para tanto, parto de uma rede conceitual que leva em consideração os regimes tecnobiopolíticos, os dispositivos da aids e a assunção da função enunciativa como rede complexa, na qual a produção e a atualização da memória têm lugar estratégico central. O corpus é formado por sequências discursivas nas quais Bolsonaro se refere aos homossexuais e à aids, coletados on-line e que estão compreendidos a partir da posse do capitão. Além disso, uma rede de discursos é solicitada no intuito de pensar as condições de produção e a coexistência enunciativa das falas de Bolsonaro. Nota-se que, o funcionamento discursivo em questão se marca por um modelo de masculinidade e por um regime tecnobiopolítico característico da Nova Direita, que se materializa por uma série de cisões e exceções que os excertos deixam ler. Conclui-se que é sob a égide de construção de uma alteridade perigosa que Bolsonaro erige uma espécie de “limpeza” discursiva nas quais as minorias de gênero ocupam ora um lugar negativo – cujo limite é a morte.

**Palavras-chave:** Dispositivo crônico da aids; tecnobiopolítica; homossexualidades.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the functioning of Jair Bolsonaro's discourse on homosexualities and its relationship with danger and risk, notably marked by the presence of AIDS and hiv. To do so, I start from a conceptual network that takes into consideration the technobiopolitical regimes, the AIDS *apparatus* and the assumption of the enunciative function as a complex network, in which the production and the updating of memory have a central strategic place. The corpus is formed by discursive sequences in which Bolsonaro refers to homosexuals and AIDS, collected online and which are comprised from the captain's inauguration. In addition, a network of discourses is requested in order to think about the conditions of production and the enunciative coexistence of Bolsonaro's discourses. It is noted

---

<sup>1</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Estágio pós-doutoral no IEL/UNICAMP e na Faculdade de Filosofia da Ciência da Universidade Nova de Lisboa, com bolsa da CAPES-Brasil. Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina, líder do *Grupo de Estudos no Campo Discursivo* - UFSC CNPq, membro do Grupo de Pesquisa *A condição Corporal* - PUC-SP CNPq e do *Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada* (NELA UFSC CNPq). Editor-chefe da revista *Fórum Linguístico*, docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFFS. O presente artigo é parte de pesquisa intitulada “Discurso, biopolítica e exceção: o dispositivo crônico da aids no Brasil”, financiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ2), processo 304252/2019-0.

that, the discursive operation in question is marked by a model of masculinity and by a technobiopolitical regime characteristic of the New Right, which is materialized by a series of splits and exceptions that the excerpts let us read. I conclude that it is under the aegis of the construction of a dangerous alterity that Bolsonaro erects a kind of discursive "cleansing" in which gender minorities now occupy a negative place - whose limit is death.

**Keywords:** Aids chronical apparatus; technobiopolitics; homosexualities.

## 1 Introdução

No dia 17 de maio de 2021, Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia, uma coluna de Ricardo Kertzman (2021) na *Isto é* - uma revista conhecida por seu discurso de defesa do neoliberalismo - afirmava, sobre Jair Bolsonaro: "Uma coisa é certa: homossexual latente ou não; brocha (ou meia-bomba) ou não, o presidente da República é, no mínimo, retrógrado, preconceituoso, inconveniente e infantil. É o tiozão do churrasco. Na verdade, é um tremendo de um babaca". O texto de Kertzman materializa, além da crítica à figura ubuesca<sup>2</sup> do presidente, um discurso que relaciona homossexualidade, passividade e "problemas" de ordem psicológica. Desde o título, Bolsonaro é descrito como um suposto "homossexual passivo", o que materializa uma problemática rede de enunciados e práticas e aponta para um funcionamento discursivo para o qual é preciso se atentar: o de uma certa ontologia homossexual em que a promiscuidade e o risco aparecem como elementos constitutivos.

Essa rede de discursos, no mesmo dia 17 de maio, foi atualizada em outras estratégias: o próprio Bolsonaro (2021), em seu Twitter e em reposta ao jornalista, afirma que "não é do time de vocês". "Vocês", aqui, além de perfazer uma definição de limites subjetivos e políticos, funciona como uma forma de ocupação do espaço da resistência homossexual. A imagem dos dois homens brancos que acompanha a postagem será, ainda, ratificada pela declaração dado à claque bolsonarista que se aglomerava na frente do Palácio do Planalto: "Fica tranquilo, já falei que sou imorrível, imbroxável e também sou incomível..." (SOU IMORRÍVEL...,2020).

*Imorrível, imbroxável e incomível*: os epítetos com que se descreve parecem evocar uma memória acerca da branquitude heteronormativa, naquilo que produziu como discurso de masculinidade. Note-se que, além dos adjetivos de cunho sexual - o homem viril e o homem ativo - , aparece então o "imorrível", aquele cuja coragem avança diante dos perigos da pandemia e que os enfrenta - este é o discurso público de Bolsonaro - sem máscara e sem vacina. Atento, ainda: um discurso que relaciona morte e passividade e que, polivalente, retoma os efeitos negativos do texto de acusação - aquela coluna de Kertzman (2021) que citei há pouco.

Gostaria de perscrutar essa rede polivalente de discursos tomando, primeiramente, os corpos e as subjetividades como parte do político. Dito de outra forma, com Sant'Anna (2020), reivindico as corporalidades e os discursos sobre o corpo e do corpo como parte de uma estratégia política cuja ascensão se dá a partir da década de sessenta, informada pelas lutas das minorias de gênero e raça. Essas lutas que colocavam o corpo e a privacidade e borrravam os limites e as categorias da resistência, e que tiveram resposta nas teorias sobre o corpo que abundaram desde então, garantem ao corpo um espaço genealógico de inscrição dos poderes,

---

<sup>2</sup> Foucault (2018), no curso *Os Anormais*, vai caracterizar o poder ubuesco - a partir de *Ubu Roi* - , cuja marca da morte está em intersecção com o ridículo e com a produção de resistências.

de tensionamento e de invenção. É, pois, o corpo como categoria política que pretendo trazer à tona: o corpo homossexual, o corpo discursivizado de forma negativa pelo governo federal e pela rede de memória que atualiza, um corpo agonístico na relação entre a anormalização e a reivindicação de novas subjetividades.

Tendo isto em vista, meu objetivo é analisar o funcionamento dos discursos sobre as homossexualidades, a soropositividade e o perigo de Jair Bolsonaro. Dessa perspectiva, tomo o enunciado como “nó em uma rede” (FOUCAULT, 2012 [1969]) e parto de sua condição de coexistência com outros enunciados e outros campos. Daí que, junto das declarações do “capitão”, serão solicitados, a fim de inteligir efeitos de sentido: as declarações de ministros, a ascensão do neopentecostalismo e os discursos sobre a família tradicional.

Não me pretendo exaustivo e, portanto, meu corpus central será de declarações cometidas entre a campanha eleitoral para a presidência e aquelas cometidas durante o mandato – e as resistências polivalentes que fizeram emergir. Esse corpus é sobretudo composto de material coletado *on-line*, de jornais, revistas ou redes sociais.

Para entabular a análise, divido o texto em mais três partes: na segunda, trago à tona, de forma abreviada, o solo teórico-metodológico de onde parto; na terceira, volto-me à memória em sua deriva no que tange a produção das homossexualidades no Brasil; na quarta, vou às análises propriamente ditas – e finalizo o texto com as Considerações Finais.

## 2 A tecnobiopolítica, o dispositivo da AIDS e os nós enunciativos

Ao considerar o objeto deste artigo – os discursos de Jair Bolsonaro acerca das homossexualidades –, gostaria de fazer alguns apontamentos de ordem teórico-metodológica, dando a ver a rede conceitual em que me amparo – o que é tarefa desta seção.

Inicialmente, é preciso ancorar o textos na discussões que venho entabulando sobre o dispositivo crônico da aids e a tecnobiopolítica. Então, vejamos: ao tomar a aids como um dispositivo, a hipótese que defendo é de que há uma rede de elementos discursivos e não-discursivos que sustentam a produção de regimes de verdade e de subjetividades para o acontecimento da aids. Dessa perspectiva, no caso do dispositivo crônico, estou me referindo às mudanças trazidas com a Terapia Antiretroviral na segunda metade da década de noventa do século XX no Brasil e a possibilidade de produção de um “viver com hiv”. Nesse dispositivo crônico estão em jogo, ainda, uma hermenêutica de si farmacológica (a injunção do uso da TARV no limite da resistência) e a invenção de uma subjetividade de resistência – o “zerado”, sujeito soropositivo em tratamento que não tem mais o vírus detectável no sangue e exige uma nova normalidade. As duas estratégias gerais – TARV e criação de si farmacológica –, no entanto, desenvolvem-se na agonística com a pauperização da epidemia e a permanência do estigma e dos regimes de exceção tecnobiopolíticos (AUTOR, 2016, 2018, 2019a, 2019b, 2020).

A discussão acerca do dispositivo crônico da aids, neste escrito, volta-se justamente para o vértice que relaciona a homossexualidade e o perigo, materializado nas falas de Jair Bolsonaro. Se neste texto o interesse é analisar o funcionamento discursivo, é mister pensá-lo, no caso do hiv e da aids, no interior de um regime tecnobiodiscursivo, segundo um deslocamento dos próprios conceitos de biopolítica e de vida. A partir desse deslocamento, a biopolítica vai ser lida segundo a ordem de uma complexidade em que a agência é dada a outra sorte de seres e coisas e tem uma força estratégica equiparada à das maquinarias tradicionais das disciplinas. É nessa senda que Preciado (2008), ao descrever o regime farmacopornográfico, vai solicitar que a

própria vida seja colocada em discussão – porque se trata de um conceito que só tem existência enquanto vértice: entre o semiótico e o técnico, ente o técnico e o orgânico e respondendo por um governo neoliberal de produção e consumo. Pensar uma análise do dispositivo crônico da aids, então, exige uma assunção do tecnobiopolítico e da tecnovida e, no limite, de apostar numa análise de discurso que tensione os limites entre o discursivo e o não-discursivo no interior dos dispositivos.

Tendo tomado essa distância e considerando o campo discursivo como ponto de tensionamento entre a linguagem e a circulação do poder – como exigia Foucault (2012 [1969], desde a *Arqueologia*, o discurso aparece como objeto de uma luta<sup>3</sup> – quero me deter em dois pontos: a função enunciativa e suas relações e a polivalência tática dos discursos. Quando descreve a prática discursiva e toma o enunciado como uma função, o francês, depois de refletir sobre o que um enunciado não é (frase, proposição ou ato de fala) e de condicionar a existência de enunciados aos sujeitos – e antes de defender sua existência material –, afirma que a função enunciativa só se exerce num “[...] domínio associado” (FOUCAULT, 2012 [1969], p.116). Retomo a discussão desse domínio associado, com vistas à sustentar a análise que farei. Segundo Foucault (2012 [1969], p. 118), “[...] um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados”. Colateralmente existindo, ele é constituído: i) pelas formulações que compartilham do mesmo regime de formação; ii) pelas formulações a que se refere e que retoma, atualiza, desloca: iii) pelo conjunto de formulações que enseja, como uma espécie de resistência; iv) pelo status que compartilha com os demais enunciados.

Relacional, o enunciado diz respeito, ainda, à remanência: o conjunto de técnicas, instituições e modalidades enunciativas que permitem que exista um campo da memória, constituído tanto por aditividade quanto por recorrência em relação ao tempo. Ora, a instituição de um campo de memória, diria, diz respeito as estratégias de circulação dos discursos; numa aproximação com a problematização de Pêcheux (1999 [1983]), na modalidade de condição de legibilidade para todo enunciado em sua acontecimentalidade. Como apontava o mesmo Pêcheux e muito próximo de Foucault, para a produção de uma memória era “[...] necessário um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos e de regularizações...Um espaço de desdobramento, réplicas, polêmicas e contra-discursos [...]” (PÊCHEUX, 1999 [1983], p.56). É essa rede de enunciados, em sua remanência e em sua coexistência, que pretendo analisar.

### 3 A memória, as homossexualidades e a soropositividade

Com Castiel (2007), inicio esta seção aproximando o discurso de risco e a epidemiologia, num dispositivo técnico-midiático complexo e a partir de estratégias biopolíticas díspares – seguindo Néstor Perlongher (1987), o primeiro a descrever a aids como um dispositivo biopolítico. O risco, como apontava Foucault (2002), será parte constitutiva das estratégias de segurança que têm lugar com o aparecimento dos monstros e dos perversos. Dessa perspectiva, noto, aliás, a característica de espetacularização dos riscos a que estamos expostos e na qual nos constituímos e vou então à constituição de um campo complexo de discursos e práticas que perfazem uma memória para a aids e a soropositividade.

Interesso-me, pois, pelo que, em texto seminal, Treichler (1987) apontou como uma “epidemia discursiva”, ou que Jonathan M. Mann (1987), na quadragésima segunda Assembleia

<sup>3</sup> Cf. Foucault (2012 [1969], p.148).

Geral da ONU, descreveu como a *Terceira Epidemia da Aids*: a social, econômica e cultural. Ambos os textos são de 1987: a AIDS aparecera, há pouco, ancorada na distinção dos grupos de risco. A primeira notícia, que Montagner (1995) um dos médicos que isolaram o hiv, destaca, é da triagem em Atlanta de um grupo de homens com pneumocistose; mais tarde, um novo grupo, desta vez com Sarcoma de Kaposi, em Nova Iorque. Em comum, todos homossexuais e de classes abastadas. É essa notícia-espetáculo que, primeiramente restrita, espraia-se do campo médico para o campo social amplo, numa tática em que exclusão racializante (FOUCAULT, 2010) e cálculo dos riscos ganha espaço.

O que estará em jogo, então, nessa explosão discursiva e racializada da aids, é uma díade de enunciados relacionados, quais sejam : i) a aids é uma “peste gay”; ii) a aids tem uma origem racializada, na África ou no Haiti (AUTOR, 2016). Não me deterei às manchetes nem ao arquivo de enunciados que inundaram a imprensa brasileira no aparecimento do dispositivo da aids, como o tenho chamado, e que diz respeito às táticas biopolíticas de governo da vida e às resistências que surgiram no enfrentamento do hiv-aids e da estigmatização das PVHIV. Há já documentação farta nos escritos de Barata (2005), Fausto Neto (2002), Soares (2006), Galvão (2000). Todos eles materializam o problema discursivo desse dispositivo, nos moldes de Treichler e Mann, dando conta da proliferação dos racismos indiretos que o hiv e a *sidadanização* (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009) deixam entrever nas páginas dos jornais e revistas ou nos programas de televisão do Brasil das décadas de oitenta e noventa.

A constituição dessa memória coloca em jogo uma rede de enunciados em que doença, risco e promiscuidade aparecem como um problema – geralmente, relacionado aos homens cis homossexuais. Tomemos aa *Revisa Istoé* de 1985 (grifos meus) “**Os homossexuais promíscuos** que praticam sexo em grupo e com parceiros sucessivos em saunas ou boates são mais vulneráveis pela simples multiplicação estatística das chances de contrair a doença”. Ou uma entrevista com o cabelereiro Eduardo Mendes, publicada no *Diário do Pará*, em que o entrevistado decreta uma relação imemorial de pecado e biologia, na figura promíscua da *bicha*, essa espécie das homossexualidades brasileiras cuja marca é a efeminização, a passividade e a desmesura.

Trago esses dois recortes à tona para descrever a invenção de uma memória: a de um perigo e uma desmesura em relações homossexuais, especialmente os efeminadas e passivos, cuja série se materializa no higienismo do século XIX e segue, no Brasil, até pelo menos a década de cinquenta do século XX como discurso verdadeiro (AUTOR, 2012); na mesma senda, a de uma relação, inventada no século XIX e presente como memória ainda em 1987, entre um instinto invertido e a degenerescência (FOUCAULT, 2002, 2010), que aparece no uso de “uma raça”. Dito de outro modo, entre um indivíduo que é preciso docilizar (a “bicha”) – e aqui Perlonguer (1987) e AUTOR (2012) apontam para a exclusão do perigo nas homossexualidades, sobretudo com o advento da aids – e uma espécie causadora de risco (a *raça*). A aids, como epidemia, ora aparecerá como praga divina, ora como “câncer gay”, espécie de somatização biomédica da “perversão dos instintos”.

Quero aqui propor que essas duas séries, a da bicha pecadora racializada e a do homossexual passivo como o contaminado por excelência, espécie de epítome do risco, como uma espécie de deslocamento e de presença da memória que antes tento descrever. Nessa rede, reaparecem os discursos do cuidado e do comedimento, do pecado e da hierarquia, da inversão e de sua exacerbação passiva e efeminada, próxima do crime e da loucura.

Os dois enunciados, como gostaria Foucault (2012 [1969]), funcionam como nós numa rede complexa – cujos nós proliferam e respondem a novas urgências históricas. Ora, o primeiro

deles pode ser aproximado de um outro que, no Brasil de hoje, ainda reverbera: um certo anúncio de um certo R R Soares<sup>4</sup>, de *O Globo* de 13 de fevereiro de 1987, que afirma o “homossexualismo como doença espiritual” – contra os desígnios da psiquiatria ou da medicina. O anúncio ainda promete a entrega de um livro, fruto da pesquisa do pastor: *Homossexualismo- o fenômeno gay*. Como nas “bichas desgraçadas” (“Bicha é uma raça desgraçada”, do jornal do Pará), R R Soares implica um discurso de salvação a um discurso de racialização, num momento estratégico para a anormalização dos homossexuais.

É justamente como um deslocamento novo nas estratégias de cisão entre as modalidades de vida que aparece o enunciado de “cura” de R. R, que passam, desde então, à inscrição nos regimes de verdade sobre a aids, naquilo que eles oferecem de implicação: entre a doença e a promiscuidade; entre a sexualidade e a salvação; entre a raça e o pecado. Em todos os casos, sugerindo um vértice entre a biopolítica e o neopetencostalismo.

Segundo Autor (2021, no prelo), no Brasil, desde a constituinte e não obstante a distribuição universal de medicamentos e a cronicidade do hiv, que permitiram uma vida soropositiva efetiva, a produção da memória do risco homossexual permanece em funcionamento e tem recrudescido desde a Constituinte. Aqui, leremos esse novo funcionamento discursivo sob a égide da Nova Direita, conforme descrita por Cowan (2014) e produzida segundo uma moral do pecado e da degenerescência, que tem logrado êxito na produção de discursos de estigmatização da população LGBTQIA+.

Pierucci e Prandi (1996, p.10) atentam para o fato de que, desde a década de cinquenta do século XX, nas áreas urbanas aparece um “continuum religioso mediúnic’ que vai do espiritismo kardecista à umbanda) bem como a expansão de seitas e igrejas petencostais”. Nesses deslocamentos, como atestam Prandi e Souza (1996), uma nova moral teria emergido. No caso da religião católica, o Concílio Vaticano teria estabelecido as condições de produção da Renovação Carismática Católica (RCC), que a partir da década de sessenta espalha-se rapidamente pelo mundo e cuja novidade reside na apropriação de ritos e práticas petencostais, nos quais os “carismas” – “dádivas de Deus” (p.66) – ganham contornos de milagre e exigem, em contrapartida, a produção de inimigos: o espiritismo, as religiões de matriz africana, os comportamentos sexuais “desviantes”, o feminismo, os soropositivos etc. Já no que tange às denominações neopetencostais, Pierucci (1996, p.154), na mesma direção, narra as transformações políticas que permitiram, na atualidade, a “[...] irrupção de conservadorismo ativo no interior mesmo do sistema de participação política stricto sensu.”.

Ora, é já na emergência de uma bancada cristã, à época da Constituinte, que se verá o papel das igrejas mais conservadoras, a Assembleia de Deus e a Igreja Batista, que produzem na metonímia biopolítica “vontade do povo” (PIERUCCI; PRANDI, 1996) uma cisão da ordem da política e da ordem da metafísica. Nesse casos, os novos adversários seriam: “[...] o movimento feminista, o movimento gay, a esquerda laica, o humanismo secular, o modernismo cultural, a indústria da pornografia, a intelectualidade esnobe [...]”. (PIERUCCI, 1989, p.111).

O recrudescimento dessas estratégias tem lugar no governo de Lula, na forma de uma resistência. Besagio e Lara (2013) apontam como os esforços de democratização dos direitos do primeiro mandato petista e a criação da campanha *Brasil sem homofobia*, foram capturados por esses discursos autodenominados conservadores e ganharam repercussão na imprensa, notadamente do Rio de Janeiro – as organizações Globo –, espécie de nascedouro do

---

<sup>4</sup> R R Soares é o criador Igreja Internacional da Graça de Deus, responsável pelo Programa Show da Fé, reconhecido como uma iniciativa neopetencostal agudamente marcada pela espetacularização e pelo uso de estratégias neoliberais de financiamento.

bolsonarismo. O *Brasil sem Homofobia* tinha os seguintes princípios:

A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias.

A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento GLTB em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta.

A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, pp.11-12)

Entre suas ações, uma ganharia visibilidade: “Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p.22). Segundo Besagio e Lara (2013), ela redundou na elaboração de um “Kit Anti- Homofobia”, cujo objetivo era ser distribuído nas escolas para alunos de ensino médio no governo Dilma Rousseff, em 2011 – o que nunca aconteceu. É a partir desse enunciado que Bolsonaro ganhará os programas de televisão e os jornais, no deslizamento entre o kit anti-homofobia e a produção do discurso sobre o kit-gay, como noticiará recorrentemente o grupo Globo: Bolsonaro manda distribuir panfletos ‘antigay’ no Rio: “No panfleto, Bolsonaro criticou o MEC. O principal alvo foi o que o deputado apelidou de ‘kit-gay’- filmes e cartilhas que contra a discriminação sexual, que o MEC deve começar a distribuir nas escolas de ensino médio no segundo semestre. (G1 *apud* BESAGIO; LARA, 2013, paginação irregular).

Uma atualização da memória do vértice homossexualidade-perigo ganhava força e passava a inscrever-se na modalidade de uma explosão discursiva quando aparece a PL 122/2006, cuja pretensão era criminalizar a homofobia<sup>5</sup>. Naquele momento, pastores como Silas Malafaia e Marco Feliciano tomaram a cena pública. O primeiro, inclusive, criou um hotsite persecutório (*Por que o PL 122 é inconstitucional*), em que se lia: “O perigo do artigo 1º é a livre orientação sexual. Esta é a primeira porta para a pedofilia.”

De forma similar ao que acontecia nos anos oitenta e noventa, quando uma explosão discursiva relacionava práticas homossexuais e perigo, o que se lê no então deputado federal Bolsonaro e em Feliciano é, mais do que uma retomada da memória discursiva, uma nova inscrição dos enunciados do dispositivo da segurança. Em 2011, em entrevista à *Revista Época*, o então deputado federal Jair Bolsonaro afirmará, sobre o risco homossexual: “O risco de ser contaminado com o sangue de homossexual é 17 vezes maior do que com o de heterossexual. Duvido que alguém aceite sangue doado por homossexual sabendo desse risco. Cuidar da

---

<sup>5</sup> Em 13 de junho de 2019, o STF incluiu a homofobia e a transfobia na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989). Esses movimentos apontam para a miríade de táticas de resistência que tem lugar, hoje, no Brasil.

minha saúde é diferente de ser preconceituoso”. O discurso do risco, que implica homossexualidade e doença nessa intrincada rede político-metafísica, é retomado pelo mesmo pastor Marco Feliciano que antes mencionou, noticiados em 20 de setembro de 2012: “AIDS é “câncer gay”, afirma deputado pastor Marco Feliciano” (RODRIGUES, 2013) – Num discurso proferido durante congresso de “Gideões Missionários”, Marco Feliciano se referiu à AIDS como “câncer gay” e responsabilizou os homossexuais pela doença.

Já em 2013, essa explosão discursiva<sup>6</sup> passa a ocupar um lugar institucional de destaque, justamente operando – pelo contrário – na ordem dos direitos humanos. Em 6 de março, o pastor Marco Feliciano toma posse como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara. No dia que antecede sua posse, como o deputado-pastor escreve uma coluna, na sessão *Opinião* do jornal *Folha de São Paulo*, intitulada *A Ditadura Gay e os Direitos Humanos*, em que afirma: “Apenas ensino o que aprendi na Bíblia, que não aprova a relação sexual nem o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo. Fora isso, a salvação está ao alcance de todos. Essa é a minha fé - só prego o amor e o perdão.” (FELICIANO, 2013).

Essa nova forma de governo biopolítico salvacionista fogocita o debate público sob o epíteto do “conservadorismo”. Nessa série, as políticas públicas voltadas à prevenção do hiv, como a Terapia Pré-Exposição (PrEP), são colocadas em xeque. Em texto publicado na *Revista Época* (pouco antes das eleições presidenciais), em 7 de junho de 2018, intitulado *O novo azulzinho: lê-se: A PrEP está mudando o comportamento sexual de grupos de risco, sobretudo dos gays* [é o subtítulo da matéria de capa]; “Eles estão abandonando a camisinha, contribuindo para o aumento de doenças sexualmente transmissíveis.”. Atento para o jogo pronominal – “eles” de Thomaz (2017) e para a lógica metonímica – mais uma vez: os homossexuais praticam sexo sem camisinha; os homossexuais permanecem, portanto, um grupo de risco, porque seu prazer é desmesurado. Ao leitor, cabe assumir a lógica de produção de uma bioidentidade única e negativamente marcada, daqueles que são promíscuos, empesteados atavicamente.

Essa governamentalidade biopolítica, no entanto, solicita uma leitura crítica em relação a de Foucault (2010), em sua aula de 17 de março de 1976. Primeiro, a partir de Lazaratto (2019), para quem a biopolítica contemporânea não opera mais pelo crivo biológico, mas por uma racialização que é social e política. Dito de outro modo, não se trata de forjar teorias científicas, mas de produzir uma circulação de discursos de exceção que se valem de estratégias distintas, de acordo como “inimigo” a ser forjado. Depois, seguindo Collier (2011) que destaca, ao invés de uma racionalidade passível de descrição, o advento de formas híbridas de governamentalidade que só podem ser lidas segundo uma topologia. No caso do Brasil, poderíamos pensar nas tecnologias midiáticas e salvacionistas do neopentecostalismo e sua relação com uma governamentalidade neoliberal que opera sob a égide do autoritarismo populista, não obstante a solicitação de discursos sobre a liberdade – e todas as variações possíveis sobre esses enunciados e práticas.

Descrita essa memória de exceção em seus traços gerais, passo à análise de sua atualização e do funcionamento discursivo que enseja no governo do capitão Jair Bolsonaro na sua topologia governamental biopolítica.

#### 4 A “questão da homossexualidade”

---

<sup>6</sup> Entre março e abril de 2013, a *Folha* dedicará ao menos parte de sete capas ao debate sobre Marco Feliciano na CDHM.

Vou, finalmente – e amparado na memória discursiva – ao objeto deste artigo e ao corpus propriamente dito. Meu ponto de partida é a campanha eleitoral de 2018. Ortollado e Ribeiro (2018) têm uma interessante estatística: das 10 publicações mais compartilhadas nas redes sociais durante a campanha de Bolsonaro, ao menos 3 dizem respeito direto à gênero e à sexualidade – *feminismo/mulheres* (1,1 milhão), *sexualização da infância* (305 mil) e *pedofilia* (88 mil). Some-se a essas a campeã entre as dez, qual seja, *Antipetismo/Contra a esquerda/Antipartido* (2 milhões), na qual facilmente se encontram discursos que relacionam um suposto comunismo à desproteção da infância, da fé e da família.

Essas estatísticas parecem descrever um deslocamento político que diz respeito ao corpo, ao gênero e à sexualidade e sua centralidade nas novas formas de governo da extrema direita mundial. Thimoty Snyder (2019), em *Na contramão da liberdade*, toma a Rússia como exemplar dessa nova política – a política da eternidade. Tornada máquina internacional, a promessa de um povo mais original, por excelência russo, se estabelece justamente contra a “promiscuidade”: contra a mistura que a Europa propões, a distinção das nações e das tradições unívocas; contra os inimigos do Estado e de Deus, a colocação em xeque da liberdade e da democracia; contra a licenciosidade pecaminosa e doente do Ocidente, uma série de mediadas de morte e exceção contra os homossexuais. Contra a decadência da nação e dos costumes, uma guerra aberta à conspiração gay neoliberal que implode a virilidade da alma russa e promove uma mistura, uma quebra de hierarquia

Snyder (2019) chama a atenção justamente para aquilo que, tecnologia, tem sido usado com fins distintos em geografias variadas. Entendo que, dessa perspectiva, um novo deslocamento promíscuo está em vigor no Brasil. Ele se inicia no início dos anos dois mil, em blogs evangélicos e em revistas neopetencostais, que propagam o discurso de uma “ditadura gay” – supostamente amparada pelo lulopetismo – e que redundam em estratégias diárias de retomada da memória e de recitação de práticas biopolíticas de racialização. Nesse caso, devidamente marcada pela retomada de uma moral da carne, na quais os pecadores atávicos, os sodomitas, ao mesmo tempo colocam em xeque a ordem do governo diivino e a ordem do governo das populações.

Perry Anderson (2019), ao mencionar o Brasil atual, vai se referir a uma série de acontecimentos históricos. Dentre eles, aparece a colocação em discurso da homossexualidade, segundo uma nova ordem político moral, que tem lugar no neopetencostalismo de Edir Macedo e nas posições de Jair Bolsonaro, assim descritas:

[...] the president-elect of Brazil has extolled his country’s most notorious torturer; declared that its military dictatorship should have shot 30,000 opponents; told a congresswoman she was too ugly to merit raping; **announced he would rather a son of his were killed in a car accident than gay** [...]

Vejamos, então, esta rede de discursos. Ora, em 2018, logo depois das eleições, Bolsonaro anuncia uma nova ministra para a pasta dos Direitos Humanos, Damares Alves. Pastora, ela terá um status particular de enunciadora: é a responsável pela assunção e defesa das chamadas “pautas conservadoras”. Sua posição em relação à homossexualidade vem enredada por aquela que defende em relação à teoria de gênero, a que chama de “ideologia de gênero”. Quanto à segunda, ela aponta uma estranha relação com: “Atuo contra a erotização de crianças e adolescentes e, conseqüentemente, estou há anos na estrada no combate à ideologia de

gênero, pois a erotização de crianças é um dos pilares desta terrível ideologia” (ALVES, 2018 *apud* MACHADO; CALEIRO, 2018). Em um curso disponível no Youtube, publicado em 2014, Alves se referia à “ditadura gay” e descrevia um movimento homossexual: “O movimento gay é um movimento partidário, ideológico e político e eles estão dispostos a enfrentar todas as outras instituições que são contrárias ao que eles pensam.” (ALVES, 2014 *apud* MACHADO; CALEIRO, 2018).

A estratégia de assunção do “movimento gay” e da “ditadura gay” parecem solicitar o mesmo enunciado de Bolsonaro, do “kit gay”; os “gays – eles, os perigosos – estariam ora erotizando as crianças, ora destruindo as instituições, como a família. Quando toma posse, em 2019, Alves inscreve a própria máquina estatal sobre a rubrica do discurso da família: o Ministério dos Direitos Humanos, criticado por suas políticas, passa a ser denominado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A presença da “mulher” junto à família tem por efeito a invenção de uma nova subjetividade, uma mãe imemorial e subordinada aos desígnios divinos e matrimoniais; uma anti-feminista, uma mulher conservadora<sup>7</sup>.

Uma rede de enunciados passa a ser publicizada e é profícua em seus efeitos de amálgama: conservadorismo, pauta conservadora, pauta dos costumes, família, *ideologia de gênero* e seus congêneres passam a funcionar como uma espécie de oposto aos saberes e práticas que circulavam até então no campo da universidade e das práticas culturais e políticas de modo geral. Não é preciso citar a já discutida tensão entre um nós (*cristãos, conservadores, de direita, anti-abortistas, tradicionalistas*) e um eles (*comunistas, militantes, ateus, esquerdistas, abortistas, progressistas*) para observar a problemática política que instaura, por exemplo, a criminalização da homofobia, em 2019, ponto nevrálgico da república e de suas tecnologias. Ora, o que estava em jogo, então, eram os efeitos de diferentes enunciados de liberdade: garantir-se-ia a liberdade dos corpos e dos sujeitos homossexuais e se garantir-se-ia a proteção do Estado de direito ou, de outro modo, ao pastorado neopetencostal seria garantida a liberdade enunciativa contra os homossexuais – porque pecadores, porque um perigo para as

Gostaria de tomar essas séries de memória e esses acontecimentos como “condições de produção” nas quais são possíveis os discursos sobre as homossexualidades em sua relação com o perigo e, a partir daí, como um problema relacionado ao Estado e à economia, em que a soropositividade reaparece como problema. Recorto, para tanto, três enunciados para a análise, que não se pretende exaustiva, mas que aponta para a produção de uma estratégia específica, a saber: a produção de um regime de verdade em que a topologia governamental biopolítica instaura as homossexualidades e a soropositividade como problema econômico, moral e de saúde pública.

Iniciemos. Estávamos no período pré-pandemia, em 2019, quando o então Ministro da Saúde, Henrique Mandetta concedeu entrevista à Folha de São Paulo (CANCIAN, 2019). Ao discutir a repercussão negativa da nova campanha do Ministério para o uso de preservativos contra as ISTs – criticada por especialistas e organizações de direitos por incitar o pânico e a estigmatização – ele afirmou: “As ISTs não têm cor, nem religião. A que está mais ligada à questão da homossexualidade é a Aids.”. Ato contínuo, a retomada da aids como problema de Estado e circunscrito aos homossexuais parece estar marcada à estratégia neoliberal de problematizar o papel do SUS por Mandetta (CANCIAN, 2019) – como se sabe, o SUS e o enfrentamento do hiv, no Brasil, são contemporâneos.

---

<sup>7</sup> Uma análise do dispositivo da maternidade e do problema do aborto e da vida que opera nos discursos ditos conservadores e se materializa em projetos de lei pode ser lida na dissertação de Bechler (2020).

Ora, no enunciado de Mandetta não apenas a Aids reaparece como um marcador como é identificada aos homossexuais, numa forma de retomada dos enunciados da década de oitenta e noventa, que insistiam na inexistência da contaminação entre heterossexuais. Noto, ainda: a “questão da homossexualidade” reverbera uma modalidade enunciativa típica do bolsonarismo. É comum ouvir, na fala de Bolsonaro, o uso do termo “questões”, relacionado à semântica vasta dos assuntos mais críticos – e a sexualidade opera justamente aí.

A homossexualidade reaparece nesse discurso em destaque e segundo uma estratégia de governo pela exceção que ocorre em várias frentes: na resedignação e o rebaixamento do departamento de enfrentamento do hiv e das ISTs, que passou a se chamar Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, num apagamento das políticas voltadas à população LGBTQI+; os esforços de criação de PLs que tornam a transmissão do hiv crime hediondo – a exemplo do PL 198/2015<sup>8</sup> arquivado só em 2017 (BRASIL, 2015)); na problematização do conceito constitucional de família e na tentativa de circunscrição ao “homem e a mulher”, como no Estatuto da Família - PL 6583/2013 – Brasil (2013)<sup>9</sup>; ou da relação estabelecida entre homossexualidade e perigo à certa concepção de infância – seja no escopo dos discursos sobre uma suposta ideologia de gênero, seja na aparição do dispositivo eleitoral “mamadeira de piroca”, seja no espetáculo ubueso do *Golden Shower* no carnaval paulista, seja na tentativa de proibição de livros e cartilhas na recente Bienal do livro do Rio de Janeiro – episódios que tiveram lugar no mesmo 2019, primeiro ano do governo do capitão Bolsonaro e em período anterior da pandemia. Esses discursos ganham espaço justamente durante a pandemia, momento em que se fizeram algumas aproximações entre a aids e a Covid-19. Luc Montagnier, um dos cientistas que isolou hiv, inicia uma polêmica discursiva sobre a origem da Covid-19 em pesquisas com o hiv a ordem da origem; em 16 de abril de 2020 (CAETANO, 2020), o professor e Nobel de Medicina afirma que a contaminação pelo coronavírus não se deu pelos morcegos: “O vírus saiu de um laboratório de Wuhan”. Como afirmei em outro texto (AUTOR, 2020), “[...] tratava-se de mais um discurso alinhado à estigmatização da China, proposto por governos como o de Donald Trump e Jair Bolsonaro e produzido nas redes discursivas de que tomam parte [...]”.

Interessa-me o seguinte problema: qual o funcionamento de um discurso que aproxima as epidemias e em que medida seus efeitos de exceção biopolítica afetam certos corpos e certas subjetividades. Para tanto, vou ao discurso de Jair Bolsonaro, de 5 de fevereiro de 2020, na saída do Palácio da Alvorada: “[...] A gente quer ajudar a combater. Uma pessoa com HIV, além de um problema sério para ela, *é uma despesa para todos no Brasil.*” (BOLSONARO *apud* COLETTA, 2020). No enunciado sobre a seriedade, o presidente – que tratava a própria Covid-19 com certa indiferença –, insiste no “problema” e na economia do país, segundo uma topologia governamental liberal. Ora, se incluirmos nessa rede o esforço de criminalização do PL 198/2015, a estratégia de cálculo de riscos e de produção da delinquência via sexualidade e cidadanização parece profícua em seus efeitos, na medida em que pode surgir como *questão* do Estado e na manutenção da economia e da moral (nesse caso, menos moral é igual à mais gastos; o corpo individual de um homossexual não pode se opor à economia coletiva, ao “Brasil”, ao “povo”).

---

<sup>8</sup> Na letra do PL, a produção da soropositividade como risco e como responsabilização: “Os que infelizmente adquirem esta doença sabem perfeitamente que podem infectar se não tomarem todas as precauções necessárias para evitar o contágio, seja através de contato sexual ou por transfusão de sangue, etc. Portanto, o portador do vírus da AIDS, que têm conhecimento de sua doença, deve ser responsabilizado com o rigor das penas da lei, caso transmita conscientemente a doença para terceiros. (BRASIL, 2015).

<sup>9</sup> O Projeto restringia, contrariamente à Constituição, a família à união entre homem e mulher.

É justamente o vértice entre economia neoliberal e invenção de um novo conservadorismo que materializa a estratégia bolsonarista. O hiv e a epidemia da aids, parecem recuperar não apenas memórias discursivas, mas parecem apontar para uma forma de produção de práticas, via silenciamento ou amplificação discursiva de uma nova moralidade e de uma nova distribuição da vida e da morte – que passa por estratégias tão distintas quanto a redução do espaço nas políticas públicas ou a materialização de enunciados sobre o pecado, a moral e a “família tradicional”. A relação entre, por um lado, o cálculo neoliberal e, por outro, a moralidade ancorada nos enunciados de conversadorismo-cristandade, permanecerá como uma espécie de motor de funcionamento dos discursos desse dispositivo.

Assim é que, em 7 de abril de 2021, na cidade de Chapecó – cujo prefeito é aliado de Bolsonaro e entusiasta do tratamento precoce e onde a pandemia permaneceu descontrolada por meses (LINDNER; GULLINO; GUERRA, 2021), o capitão voltará ao tema do hiv, relacionando-o a um só tempo à economia e a certas formas de subjetividade – o terceiro dos enunciados que tomo para análise. Leiamos a transcrição de um trecho de sua fala: “Por que *não se combateu* também? Porque o HIV era mais voltado para *uma classe específica*, que tinham comportamentos *sexuais diferenciados*. E também se contraria via injeção e compartilhamento de agulhas. E ninguém foi contra. E chegou-se ao bom termo [...]” (PUTTI, 2021, grifos meus)<sup>10</sup>.

À ocasião, Bolsonaro também se referiu ao “coquetel do AZT”, afirmando que não era comprovado cientificamente. Não me deterei ao problema do verdadeiro aqui, no que se refere à liberação do AZT e sua aprovação pelo FDA. Interessa-me pensar que o enunciado sobre a aids aparece numa estratégia de defesa da chamado “tratamento precoce” e, portanto, contrário ao verdadeiro da ciência; ao descrever a soropositividade, os corpos e as subjetividades trabalham na modalidade de exclusão inclusiva da biopolítica, conforme definida em Agamben: excluídos da normalidade, porque “diferenciados”, incluídos numa “classe específica”. À ausência de precisão, gostaria de aproximar o próprio efeito de apagamento das vidas, dos corpos e dos sujeitos. Estratégia, portanto, ambígua, porque ao mesmo tempo que responsabiliza, exige que os corpos individuais tenham a própria humanidade colocada em xeque: são parte do bando, são o limite de que o “povo” deve se apartar.

Observo também o “bom termo”: primeiro, um apagamento da resposta brasileira ao hiv e à aids, fartamente documentado e que se dá no interior das ONGs (outra forma da cidadania atacada pelo bolsonarismo) e com presença maciça dos homossexuais na exigência de seus direitos cidadãos e, por outro lado, do engajamento do discurso médico científico. Depois, e mais escandaloso nessa assunção da soberania assassina e pública – e lembrando, portanto, a discussão de Lazaratto (2019) acerca da emergência do poder de espada no interior da biopolítica contemporânea – ao destacar o “bom termo”: seria a morte dos homossexuais, supostamente abandonados, segundo a narrativa do capitão? Dito de outro modo, esse “bom termo” parece sugerir, como efeito, uma espécie de congênere de uma rede parafrástica: solução final, purificação da raça, bom termo – ao invés da virilidade hetero-cis-normativa do capitão, aquele que não morre, o imorrível com que abri este texto.

Lembremos que entre a morte e a homossexualidade, a oikonomia privada de Bolsonaro prefere a primeira – preferi um filho morto a um filho gay (citar). A estratégia de relacionar homossexualidade e soropositividade e a soropositividade a uma memória discursiva de estigmatização e de morte corrobora na produção dos inimigos públicos do bolsonarismo:

---

<sup>10</sup> Quero anotar que, em 2011, em entrevista à Revista Época, o então deputado federal Jair Bolsonaro afirmará, sobre o risco homossexual: “O risco de ser contaminado com o sangue de homossexual é 17 vezes maior do que com o de heterossexual”.

feministas, homossexuais, ateus e comunistas (ANDERSON, 2019) – racializados, questionados em sua humanidade.

Ora, o que Anderson (2019) aponta é justamente uma parte da rede de discursos que aqui pretendi descrever: o do perigo das homossexualidades, produzido como promiscuidade e como modalidade de racialização contemporânea que, no Brasil, se inscreve numa série de discursos estratégicos da topologia governamental biopolítica que reúne neoliberalismo e petencostalismo. É ainda na indefinição que o homossexual promíscuo reaparece: porque ao mesmo tempo causador da aids (note-se, não a soropositividade, mas uma memória específica e de exceção) e comunista em potência. É como racialização e na interseção com a ascensão de uma direita petencostal que, diria reaparece esse promíscuo, aquele cuja cidadania está em jogo, porque fonte natural e metafísica, a um só tempo geradora de gastos públicos, degenerada, descomedida e pecadora.

## 5 considerações finais

Neste breve artigo, pretendi lançar o olhar analítico para os discursos que relacionam as homossexualidades, a soropositividade e perigo, forjado como estratégica da topologia governamental biopolítica do capitão Jair Bolsonaro e do bolsonarismo. Para tanto, me amparei nas discussões sobre a biopolítica e o tecnobiodiscursivo, de modo a apresentar os tensionamentos agonísticos do dispositivo crônico da aids e o insistente retorno das memórias de exceção.

Passei, então, a descrição das homossexualidades masculinas como um problema e a inventariar condições de produção contemporâneas para a produção de discursos e práticas que colocam em xeque certas modalidades de vida: a dos homossexuais, as das PVHIV. Por fim, voltei-me, mais detidamente, a três enunciados do bolsonarismo, apontando em seu funcionamento uma série de cisões biopolíticas e de atualizações das memórias da aids e do hiv, que têm como efeito a precarização dos corpos e das subjetividades não-heteronormativas e soropositivas.

## Referências

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. 2 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ANDERSON, P. *Brazil Apart: 1964-2019*. London: Verso, 2019.

BUTTURI JUNIOR, A. As formas de subjetividade e o dispositivo da aids no Brasil contemporâneo: disciplinas, biopolítica e phármakon. In: QUINO, V. C.; CRESTANI, L. M.; DIAS, L. F.; DIEDRICHM M. S. *Língua, literatura, cultura e identidade: entrelaçando conceitos*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2016. Disponível em: <http://editora.upf.br/index.php/e-books-topo/68-literatura/159-lingua-literatura-cultura-e-identidade>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BUTTURI JUNIOR, A.; LARA, C. de A. Biopolítica, direitos humanos e resistências: uma análise comparativa das políticas públicas de Saúde para a população LGBT em Florianópolis-

SC. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 57, n. 2, pp. 645-674, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651640>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BUTTURI JUNIOR, A. O hiv, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, n.2, 2019a. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-18132019000200637&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-18132019000200637&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 5 ago. 2020.

BUTTURI JUNIOR, A. Junkie Foucault. In: BUTTURI JUNIOR, A. et al. (org.). *Foucault e as práticas de liberdade I: o vivo e os seus limites*. Campinas: Pontes, 2019b.

BUTTURI JUNIOR, A.; LARA, C. A. As narrativas de si e a produção da memória na campanha O cartaz HIV Positivo. *Linguagem em (dis)curso (online)*, Tubarão, v. 18, pp. 393-411, 2018a. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1518-76322018000200393&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1518-76322018000200393&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 9 maio 2019.

BUTTURI JUNIOR, A. A polivalência tática como teoria da resistência em Michel Foucault. In: BRAGA, A.; SÁ, I. de. *Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade*. Campinas: Pontes, 2020.

BARATA, G. F. *A primeira década da AIDS no Brasil: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983 a 1992)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BECHLER, C. G. *Projetos de lei sobre aborto no Brasil contemporâneo: disputas discursivas no Congresso Nacional*. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

BESAGIO, N. M.; LARA, R. M. A educação no espaço digital: kit anti-homofobia e os efeitos de sentido no discurso midiático. In: CONALI - Congresso Nacional de Linguagens em Interação Múltiplos Olhares, 6., Maringá, 2013. *Anais...* Maringá: UEM, 2013.

BOLSONARO, J. M. Conta no Twitter: @jairbolsonaro. Publicação de 17 maio 2021. 2021. Disponível em: [https://twitter.com/jairbolsonaro?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor](https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor). Acesso em 30 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Inteiro teor. Apresentação do PL 198/2015 no Plenário. *Projeto de Lei nº 198, de 2015*. Brasília, 04 Fev. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 6.583/2013*. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=73C865883D92C3E7E6F313D82996A66E.proposicoesWebExterno2codteor=1159761&filename=Tramiacao-PL+6583/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=73C865883D92C3E7E6F313D82996A66E.proposicoesWebExterno2codteor=1159761&filename=Tramiacao-PL+6583/2013). Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. HIV. 2021. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CAETANO, E. Nobel francês Luc Montagnier causa polémica ao dizer que vírus da Covid-19 veio de laboratório chinês. *Observador*, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://observador.pt/2020/04/19/nobel-frances-luc-montagnier-causa-polemica-ao-dizer-que-virus-da-covid-19-veio-de-laboratorio-chines/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CAMARGO JUNIOR, K. R. de. *As ciências da AIDS e a AIDS das ciências*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS, UERJ, 1994.

CANCIAN, N. Governo aposta em medo e repulsa de efeitos de DST em campanha para estimular camisinha. *Folha de São Paulo* (on-line), São Paulo, 31 out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/governo-aposta-em-medo-e-repulsade-efeitos-de-dst-em-campanha-para-estimular-camisinha.shtml> Acesso em: 30 jan. 2020.

CASTIEL, L. D. *A saúde persecutória e os limites da responsabilidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

COLETTA, R. D. Pessoa com HIV 'é uma despesa para todos no Brasil', diz Bolsonaro. *Folha de São Paulo* (on line), São Paulo, 5 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/pessoa-com-hiv-e-uma-despesa-para-todos-no-brasil-diz-bolsonaro.shtml#:~:text=Ao%20defender%20nesta%20quarta%2Dfeira,despesa%20para%20todos%20no%20Brasil%22>. Acesso em: 6 fev. 2020.

COLLIER, S. J. Topologias de poder a análise de Foucault sobre o governo político para além da “governamentalidade”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.5, pp. 252-284, 2011.

COWAN, B. A. ‘Nosso terreno’: crise moral, política evangélica e formação da “nova direita” brasileira. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, pp.101-125. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752014000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752014000100006&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 30 set. 2019.

DUARTE, V. L. O ativismo judicial e alteridade: uma análise das controvérsias da decisão do Supremo Tribunal Federal (stf) na criminalização da homofobia. *Revista Inclusiones*, Chile, v.8, n. spec., pp.324-341, abr./jun. 2021. Disponível em: <http://revistainclusiones.com/carga/wp-content/uploads/2021/03/19-Veronica-VOL-8-NUM-Especial-AbrilJunoo2021INCL.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

FAUSTO NETO, A. *Comunicação e mídia impressa: estudos sobre a Aids*. São Paulo: Hacker, 1999.

FELICIANO, M. A ditadura gay e os direitos humanos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 mar. 2013 <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1241323-marco-feliciano-ditadura-gay-e-direitos-humanos.shtml>. Acesso 5 out. 2019.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade* - curso no Collège de France, 1975-1976. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. *Os Anormais* - curso no Collège de France, 1974-1975. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 8 ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GALVÃO, J. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.

KERTZMAN, R. Bolsonaro, além de brocha, deve ser gay ‘passivo’; só pode. *Istoé* (on-line), 17 maio 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-alem-de-brocha-deve-ser-gay-passivo-so-pode/>. Acesso em: 30 maio 2021.

LAZZARATO, M. *Fascismo ou revolução?: O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: n-1, 2019.

LINDNER, J.; GULLINO, D.; GUERRA, R. Elogiada por Bolsonaro, Chapecó registrou aumento de 322% em mortes por Covid em 2021. *O Globo* (on-line), 5 abr. 2021. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/elogiada-por-bolsonaro-chapeco-registrou-aumento-de-322-em-mortes-por-covid-em-2021-24956683>. Acesso em: 10 maio 2021.

MACHADO, A. P.; CALEIRO, J.P. O que pensa a futura ministra dos Direitos Humanos sobre LGBT e mulheres. *Exame* (on-line), 6 dez. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/o-que-pensa-a-futura-ministra-dos-direitos-humanos-sobre-lgbt-e-mulheres>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MANN, J. M. *Statement at an informal briefing on AIDS to the 42nd Session of the United Nations General Assembly*, on tuesday 20th october 1987. World Health Organization, 1987. Disponível em:

[https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/61546/WHO\\_SPA\\_INF\\_87.12.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/61546/WHO_SPA_INF_87.12.pdf?sequence=1&isAllowed=y).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual*. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em 16 jun.2021.

MONTAGNIER, L. *Vírus e homens: AIDS - seus mecanismos e tratamentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.

ORTOLLADO, P.; RIBEIRO, M. M. Nota Técnica 3: A campanha de Bolsonaro no Facebook: Antissistêmica e conservadora, pouco liberal e nada nacionalista. *Monitor do Debate Político no Meio Digital Grupo de Políticas Públicas para o Acesso à Informação - USP*, 25 set. 2018.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (org.) *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, pp. 125-157, 2009.

PERLONGHER, N. *O que é AIDS*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. Assim como não era no princípio: religião e ruptura. In: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Pós-Graduação em Sociologia da USP, HUCITEC, 1996.

PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, ANPOCS, pp. 104-132, 1989.

PRECIADO, P. B. *Texto yonque*. Madrid: Espasa, 2008.

PUTTI, A. Bolsonaro compara Covid-19 com HIV: 'Era voltado a uma classe com comportamentos sexuais diferenciados'. *Carta Capital* (on-line), 7 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-compara-covid-19-com-hiv-era-voltado-a-uma-classe-com-comportamentos-sexuais-diferenciados>. Acesso em: 10 maio 2021.

SANT'ANNA, D, B. A explosão do corpo - entrevista concedida a Atilio Butturi Junior. *Letra Magna* (on-line), n. 26, Dossiê Corpo-Linguagem, Linguagem-Corpo, pp.374-379, 2020. Disponível em: [http://www.letramagna.com/artigos\\_26/texto\\_21\\_26.pdf](http://www.letramagna.com/artigos_26/texto_21_26.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

SOARES, A. S. F. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

“SOU IMORRÍVEL, imbroxável e também sou incomível”, declara Bolsonaro.... *UOL Notícias*, 17 maio 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/17/sou-imorrivel-imbroxavel-e-tambem-sou-incomivel-declara-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 maio 2021.

SNYDER, T. *Na contramão da liberdade: A guinada autoritária nas democracias contemporâneas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

THOMAZ, D. O novo azulzinho. *Revista Época*, Rio de Janeiro, 3 abr. 2018.

TREICHLER, P. A. AIDS, Homophobia, and biomedical discourse: an epidemic of signification. *The MIT Press*, v.47, 1987.

VERNAZZA, P. *et al.* Les personnes séropositives ne souffrant d’aucune autre MST et suivant un traitement antirétroviral efficace ne transmettent pas le VIH par voie sexuelle. *Bulletin des Médecins Suisses*, v.89, n. 5, pp.165-169, 2008.

Recebido em: 24/07/2021

Aceito em: 02/09/2021